



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

Número de inscrição _____

INSTRUÇÕES DETALHADAS PARA A PROVA – PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO– EDITAL N° 001/2025

Este documento detalha as regras e procedimentos para a realização da prova do processo seletivo para estágio de Pós-Graduação em Direito, com base no Edital nº 001/2025 da Câmara de Vereadores de Espera Feliz/MG. A leitura atenta destas instruções é fundamental para todos os candidatos.

1. Data, Horário e Local

Data da Prova: A avaliação será aplicada no dia **14 de novembro de 2025**.

Horário: O início da prova está marcado para as **08h30min**. Conforme o item 9.8 do Edital, não será permitido o ingresso de candidatos no local de realização da prova após o horário fixado para o seu início. Recomenda-se chegar com antecedência.

Local: A prova será realizada no Salão do Tribunal do Júri – Fórum Dr. Amado Gripp, situado na Rua Fioravante Padula, n.º 80, Centro, Espera Feliz/MG.

Duração: A duração total da prova será de **03 (três) horas**, conforme o item 9.3 do Edital.

2. Documentação e Material Necessário

Documento de Identificação: É obrigatório apresentar um **documento oficial com foto** que permita a sua identificação. A ausência deste documento impedirá o ingresso no local da prova, como determina o item 9.8 do Edital.

Material de Escrita: O candidato deverá portar apenas **caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, de acordo com o item 9.7 do Edital.

3. Estrutura e Realização da Prova



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

A avaliação é de caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por uma prova objetiva e uma prova discursiva/dissertativa, que poderá consistir na redação ou análise de um caso prático.

Prova Objetiva: Será composta de **10 (dez) questões**.

Prova Discursiva/Dissertativa: Consistirá em **uma única questão tema**. A resposta deverá ser redigida em **letra cursiva ou de forma, desde que legível**, contendo no máximo **30 (trinta) linhas**. Respostas que ultrapassarem esse limite serão anuladas, conforme o item 9.4 do Edital.

Pontuação: A prova terá pontuação de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**. A resposta à questão discursiva que fugir completamente do tema proposto receberá nota zero (item 9.6).

4. Proibições Durante a Prova

Material de Consulta: O item 9.9 do Edital veda expressamente a consulta a qualquer tipo de material, incluindo **legislação (códigos, leis esparsas, Vade Mecum), obras doutrinárias, dicionários, manuais com comentários, informativos de tribunais ou qualquer material similar**.

Aparelhos Eletrônicos: É estritamente proibida a utilização de aparelhos eletrônicos, tais como *beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, *tablet*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio, gravador, *pager*, entre outros. A posse desses equipamentos, mesmo que desligados, durante a realização da prova, resultará na eliminação do candidato (item 10 e 10.2.e).

Comunicação: Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas ao processo seletivo (item 10).

5. Hipóteses de Eliminação

O candidato será eliminado do processo seletivo caso incorra em qualquer uma das seguintes condutas, previstas no item 10.2 do Edital:

Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

Portar arma no local de realização da prova, ainda que possua licença para o respectivo porte.

Portar ou fizer uso, mesmo que desligados, de qualquer equipamento eletrônico.

Fizer uso de materiais não permitidos.

Deixar de atender às normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações.

Registrar sua identificação na prova em local diverso do indicado para tal finalidade.

6. Informações Finais

Ausência: O não comparecimento no dia e horário da prova implicará a eliminação automática do candidato. Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação (item 10.1).

Conteúdo Programático: O conteúdo a ser exigido na prova está detalhado no **Anexo III** do Edital nº 001/2025.

Cronograma: Após a prova, o cronograma seguirá as datas estabelecidas no Edital, sendo a publicação do resultado provisório no dia **18/11/2025** e do resultado final no dia **21/11/2025**.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

PROVA OBJETIVA

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL:

1) Assinale a opção correta:

- a) A transmissão dos bens do *de cuius*, pelo *Princípio da Saisine*, se dá no momento da morte do transmissor da herança somente quanto aos bens móveis. Quanto aos imóveis, estes dependem da transmissão formal através de documento hábil, pelo procedimento do Inventário, judicial ou extrajudicial;
- b) Havendo cônjuge supérstite, a possibilidade de suceder sempre dependerá do regime de bens adotado no matrimônio, sendo certo que na hipótese de ter sido adotado o regime da comunhão universal de bens ou aplicado o regime obrigatório da separação de bens, o cônjuge supérstite nuncafigurará como herdeiro, sem prejuízo da sua meação, quando houver;
- c) O instituto da renúncia à herança é admissível no direito brasileiro, sendo certo que não se admite a renúncia parcial, salientando-se ainda que se trata de ato de natureza formal;
- d) Os companheiros sobreviventes sucedem nos termos da legislação civil, podendo ser afirmado que, na hipótese de existirem herdeiros colaterais em segundo grau, estes concorrerão com o companheiro supérstite, cabendo a cada um dos herdeiros fração idêntica da herança a ser partilhada.

2) Sobre a vénia conjugal, assinale a opção incorreta:

- a) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;
- b) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, prestar fiança ou aval;
- c) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns ou dos que possam integrar futura meação, sendo válidas, contudo, as doações nupciais feitas aos filhos quando casarem ou estabelecerem economia separada;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

d) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, obter, por empréstimo, as quantias necessárias à aquisição de coisas necessárias à economia doméstica, uma vez que obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

3) Analise as assertivas abaixo, assinalando, após, a alternativa correta:

I - São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, sendo certo que o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

II – O negócio jurídico será nulo na hipótese de lesão, que ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

III - Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

IV – É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

- a) Apenas estão corretas as assertivas I, II e III;
- b) Estão incorretas as assertivas I, III e IV;
- c) Apenas estão corretas as assertivas I e III;
- d) Todas as assertivas estão corretas.

4) No que tange aos critérios de fixação de competência assinale a afirmativa correta:

- a) O foro competente para o processamento da ação de inventário é o do domicílio do inventariante;
- b) No caso de obrigação de fazer, o foro competente é o do domicílio do réu que deve cumprir a obrigação;
- c) Nas causas que versem sobre direito previsto no Estatuto do Idoso, o foro competente é o da residência do idoso;
- d) A incompetência relativa deve ser arguida em petição autônoma, por via de exceção.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

5) No que tange à execução civil assinale a alternativa correta:

- a) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias;
- b) Na hipótese de título executivo extrajudicial, não é possível que o credor ajuíze demanda objetivando a constituição de título executivo judicial;
- c) São impenhoráveis as quantias depositadas em caderneta de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos;
- d) Os embargos à execução podem ser opostos independentemente de penhora.

QUESTÕES DE PENAL E PROCESSO PENAL:

6) Mario, com 20 anos na data dos fatos, encontra José, seu desafeto na rua e imediatamente, saca um revolver, totalmente municiado e dispara uma única vez na direção dele e vai embora, sendo certo que o disparo atinge José de raspão, causando lesão leve. No plenário do Júri, qual seria a tese principal a ser usada em sua defesa:

- a) Crime tentado;
- b) Arrependimento eficaz;
- c) Arrependimento posterior, previsto no art. 16 do CP;
- d) Desistência voluntária.

7) Eliana, nascida em 19 de dezembro de 1970, teve seu celular, jóias e uma quantia em dinheiro subtraída por seu filho, João Ricardo, que se encontrava parcialmente drogado e precisava do dinheiro para usar mais drogas. Não suportando mais tal conduta, uma vez que não era a primeira vez que tal fato ocorreria, representou na Delegacia Policial, tendo sido João preso em flagrante delito ainda na posse dos objetos subtraídos. João acabou denunciado pelo crime de furto. Em alegações finais qual seria a tese principal a ser utilizada em favor de João:

- a) Absolvição de João pela atipicidade do delito em razão do princípio da insignificância
- b) Absolvição de João na forma do art. 386, VI do CPP, face a escusa absolutória prevista no art. 181 do CP;
- c) Redução da pena em razão da semiimputabilidade;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

d) Aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 14, II do CP (tentativa).

8) Qual o prazo para o oferecimento da queixa crime nos crimes de ação penal privada:

- a) 30 dias, a partir da data dos fatos;
- b) 3 meses, a partir do conhecimento de quem seja o autor do fato;
- c) 6 meses, a partir da data dos fatos ou do conhecimento de quem seja o autor do fato;
- d) Um ano, a partir da data dos fatos ou do conhecimento de quem seja seu autor.

9) Joaquim em 10 de fevereiro de 2018, portando uma faca, aborda Eva dizendo: “perdeu, passa o celular rápido”. Foi denunciado como incursão nas penas do art. 157, §2º, I do CP. Na audiência de instrução e julgamento, o réu confessou o delito bem como a utilização da arma. Em 15 de junho de 2018 foi julgado e condenado nos termos da denúncia, tendo o Juiz reconhecido a qualificadora mesmo ausente o laudo pericial da arma nos autos do processo. Com relação ao emprego da arma é correto afirmar que:

- a) Não poderia ser reconhecida a causa de aumento em razão da ausência de prova da potencialidade lesiva da arma utilizada;
- b) Não poderia ser reconhecida a qualificadora do emprego de arma face vigência da Lei 13.654/2018;
- c) Agiu corretamente o ilustre magistrado tendo em vista a confissão do réu;
- d) Não poderia ser reconhecida a qualificadora eis que se trata de crime autônomo.

QUESTÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

10) Sobre os remédios constitucionais, dadas as afirmações abaixo, selecione as verdadeiras e falsas:

- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.
- b) O direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo inclui também aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

- c) Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.
- d) Uma das garantias fundamentais aos direitos humanos, o mandado de segurança é ação constitucional impetrada contra autoridade coatora - pública ou agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições do poder público - responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.
- a) V-F-F-V;
- b) F-V-F-V;
- c) V-V-F-V;
- d) F-V-V-F.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

PROVA DISCURSIVA

Instrução ao Candidato: Analise o caso hipotético abaixo, que já passou pela fase de instrução, e elabore o capítulo da "**FUNDAMENTAÇÃO**" de uma sentença de mérito. Você deve analisar separadamente os pedidos de indenização por danos materiais e por danos morais, com base nos fatos, na legislação e na jurisprudência aplicável.

Relatório do Caso:

Júlia ajuizou "Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais" em face da empresa de comércio eletrônico "DESIGN PARA VOCÊ LTDA.".

Narra a autora que, em 15 de janeiro de 2025, adquiriu no site da ré uma poltrona de design exclusivo, modelo "Prestige", pelo valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com prazo de entrega prometido de 30 dias. O pagamento foi aprovado no mesmo dia. O objetivo da compra era decorar sua nova sala de estar antes de um evento familiar que ocorreria em março.

Ocorre que o prazo de entrega não foi cumprido. Após 60 dias de atraso e inúmeras tentativas de contato com o serviço de atendimento ao cliente, que apenas fornecia respostas evasivas, Júlia formalizou o cancelamento do pedido e solicitou o estorno do valor pago, o que foi prontamente atendido pela empresa.

Contudo, para não frustrar seus planos, Júlia viu-se obrigada a comprar uma poltrona similar em uma loja física de sua cidade, pagando por ela o valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), conforme nota fiscal anexada aos autos.

Na petição inicial, Júlia pleiteia: a) A condenação da ré ao pagamento de **danos materiais**, no valor de R\$ 800,00, correspondente à diferença que pagou a mais no novo produto. b) A condenação da ré ao pagamento de **danos morais**, no valor de R\$ 5.000,00, em razão da frustração, do estresse e do tempo perdido na tentativa de resolver o problema.

Em sua contestação, a ré alegou que o atraso ocorreu por problemas logísticos com seu fornecedor e que não praticou ato ilícito, pois cancelou a compra e devolveu o dinheiro à autora assim que solicitado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeiro Grau

Sua Tarefa:

Na qualidade de estagiário(a) de pós-graduação, elabore o texto da Fundamentação de Mérito da sentença, analisando e decidindo as duas pretensões de Júlia.

RESPOSTA:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau
